

17 JAN 1987.

# Novidades na área monetária

*Economia*  
Premido pelas expectativas de uma inflação galopante, o governo adotou novas medidas na área monetária com o intuito básico de procurar colocar um freio, pelo menos na área financeira, ao pessimismo que ronda a alta dos preços. No todo, as providências revelam-se acertadas, restando verificar seu possível prazo de permanência. Como se recorda, têm sido frequentes nos últimos meses as alterações concernentes à tributação dos papéis públicos e privados.

A principal característica dessas medidas favorece a ampliação das operações pós-fixadas. Com isso, o governo pretende evitar que a especulação sobre a inflação seja sistematicamente transmitida às taxas de juro. Ademais, confere maior proteção ao rendimento líquido dos papéis, uma vez que, apesar das taxas nominais elevadas, os ganhos ainda são diminutos. Cabe observar que as autoridades buscam equiparar a variação do rendimento das LBC com a do índice oficial de preços, justamente para evitar que as taxas reais sejam negativas.

A necessidade de adoção dessa nova tática reflete diretamente o movimento ascendente dos preços na economia, além da permanência de um nível relativamente alto de demanda de crédito. Neste sentido, as taxas de juro não traduzem uma política deliberada de alta do Banco Central, como querem fazer entender certos economistas. E o pró-

prio recrudescimento da inflação que provoca o encarecimento do dinheiro, e não o contrário.

O segundo aspecto relevante das medidas refere-se à nova tributação incidente sobre os papéis, equiparando-se agora a taxaçaõ entre os títulos públicos e privados. Note-se que esta alteração, associada ao novo conceito de curto prazo, provoca ampliação da liquidez e deveria concorrer para a redução das taxas de juro. Isso reforça a tese de que o Banco Central não força artificialmente a alta do custo do dinheiro. Adicionalmente, estendeu-se às corretoras e distribuidoras a autorização para administrar fundos ao portador, que comportam essencialmente operações de curto prazo. Trata-se de mais um fator para reduzir pressões por demanda de crédito neste segmento do mercado, corroborando assim o espírito que presidiu o conjunto dessas medidas.

Seu impacto global deveria se tornar perceptível a curto prazo, favorecendo talvez uma redução das taxas de juro ou, na pior das hipóteses, impedindo sua escalada. No entanto, existe a nítida impressão de que não será apenas através da política monetária que o governo logrará recuperar credibilidade para sua política econômica. Neste sentido, conquanto as medidas tenham sido acertadas, precisariam ser reforçadas por outras que, obviamente, extrapolam a área monetária.

ESTADO DE SÃO PAULO